

No. 39147

**Brazil
and
Paraguay**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Paraguay for the conservation of aquatic fauna in the courses of bordering rivers. Brasília, 1 September 1994

Entry into force: *6 December 1995 by notification, in accordance with article XIII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 February 2003*

**Brésil
et
Paraguay**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Paraguay relatif à la conservation de la faune aquatique dans les cours des rivières limitrophes. Brasília, 1 septembre 1994

Entrée en vigueur : *6 décembre 1995 par notification, conformément à l'article XIII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 février 2003*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A CONSERVAÇÃO DA
FAUNA AQUÁTICA NOS CURSOS DOS RIOS LÍMITROFES

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República do Paraguai
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Conscientes da necessidade de preservar e conservar racionalmente os recursos pesqueiros em sua fronteira líquida, estabelecendo critérios adequados de pesca;

Desejosos de evitar por todos os meios possíveis a degradação ambiental e a poluição das águas dos rios limítrofes e dos ecossistemas a eles associados;

Inspirados no propósito de intensificar a cooperação técnico-científica destinada à proteção dos recursos pesqueiros, devido a sua importância ambiental, econômica, social e esportiva;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos e instrumentos comuns a ambos países,

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes Contratantes acordam em regulamentar a pesca nas águas dos rios limítrofes entre seus territórios em harmonia com as disposições deste Acordo.

Artigo II

O presente Acordo se aplicará às águas do rio Paraguai, no trecho compreendido entre a desembocadura do rio Apa e a confluência com o rio Negro ou Otuquis; no rio Apa, desde sua desembocadura no rio Paraguai até a sua nascente principal; ao longo do lago de Itaipu, desde a barragem até o antigo Salto das Sete Quedas ou Salto del Guairá; e no trecho do rio Paraná, desde a foz do rio Iguaçu até a barragem de Itaipu.

Artigo III

Cada Parte Contratante exercerá o direito de pesca nos trechos definidos no artigo II em suas águas territoriais, até o limite da respectiva soberania. No entanto, poderão ser realizados controles conjuntos, com a participação de funcionários dos organismos competentes em cada trecho, a fim de garantir o cumprimento das disposições do presente Acordo.

Artigo IV

A atividade pesqueira exercida nos trechos definidos no artigo II será objeto de regulamentos específicos, os quais serão, posteriormente, incorporados ao presente Acordo sob a forma de Protocolos Adicionais.

Artigo V

As Partes Contratantes acordam em realizar, nas águas às quais se refere o artigo II do presente Acordo, estudos conjuntos de avaliação do recurso ictício que sirvam de base para o ordenamento da atividade pesqueira e para a execução de obras de melhoria e de trabalhos de piscicultura que favoreçam as condições naturais para a reprodução, o crescimento e o desenvolvimento dos peixes.

Artigo VI

1. A construção de obras hidráulicas, que podem alterar o regime hidrológico e hidrobiológico do rio, deverá ser precedida de elaboração, pelas Partes Contratantes, de um plano de ação para a conservação dos recursos pesqueiros, que contemple as medidas e as ações adequadas à avaliação de impactos ambientais e outras exigências legais pertinentes, em particular as medidas para salvaguardar o movimento migratório normal dos peixes.

2. As Partes Contratantes desenvolverão, ao mesmo tempo, trabalhos de aquicultura e outros, a fim de salvaguardar a reprodução e o crescimento normal das espécies nas novas condições ambientais, nos trechos dos rios localizados a montante e a jusante das obras referidas no parágrafo anterior deste artigo. Para tais fins, serão formalizados ajustes técnico-científicos complementares.

Artigo VII

As Partes Contratantes se obrigam a não introduzir nos rios limítrofes espécies aquáticas exóticas.

Artigo VIII

As instituições competentes das Partes Contratantes elaborarão e aplicarão medidas para prevenir a poluição por efluentes não tratados e outros detritos de origem industrial ou agrícola, que afetem o equilíbrio ecológico e sejam prejudiciais à fauna aquática dos trechos definidos no artigo II do presente Acordo.

Artigo IX

Comprometem-se, as Partes Contratantes, a manter a sistemática troca de informações sobre a situação dos recursos pesqueiros, em especial quanto aos movimentos das espécies migratórias e sobre as atividades pesqueiras, comerciais e esportivas, no interesse de assegurar a pesca sustentável, a reprodução normal e a conservação da fauna aquática, em todas as águas, às quais se aplica o presente Acordo.

Artigo X

Serão estabelecidas pelas Partes Contratantes, sempre que julgarem necessário, limitações quanto à intensidade da pesca, ao tipo de petrechos, aos tamanhos de captura, às áreas de proteção, aos períodos de proibição da atividade pesqueira, ao número de autorizações de pesca e aos volumes máximos de captura por espécie e seus correspondentes ajustes periódicos

Artigo XI

A fim de fortalecer a colaboração técnica e científica em matéria de recursos pesqueiros, pescarias e hidrobiologia nas bacias hidrográficas dos trechos definidos no artigo II do presente Acordo, as Partes Contratantes cooperarão mediante a formalização dos respectivos acordos científicos e técnicos.

Artigo XII

Será constituído Grupo de Trabalho, integrado por representantes das instituições competentes das Partes Contratantes, que se encarregará da coordenação e da gestão das ações necessárias à aplicação do presente Acordo, e do tratamento dos seguintes temas relativos à atividade pesqueira na região limítrofe:

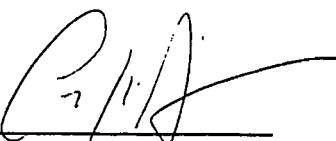
- a) regulamentação de técnicas e métodos de pesca;
- b) regulamentação dos tamanhos mínimos do pescado;
- c) estabelecimento de épocas e locais de proibição da pesca;
- d) estabelecimento de áreas de reserva ou trechos protegidos e seus regulamentos de pesca;
- e) os volumes máximos de captura e seu ajuste periódico;
- f) a melhoria e o desenvolvimento dos recursos pesqueiros, incluindo a reprodução artificial de peixes e de outros organismos;
- g) o controle da implementação das recomendações a que se obrigam as Partes Contratantes;
- h) qualquer outro tema relativo à conservação e ao uso da fauna aquática.

Artigo XIII

1. O presente Acordo entrará em vigor na data em que ambas as Partes Contratantes se notificarem, pela via diplomática, do cumprimento dos requisitos exigidos por sua legislação nacional.

2. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciá-lo, em qualquer momento, mediante notificação escrita, dirigida à outra, pela via diplomática, com 6 (seis) meses de antecedência.

Feito em Brasília, em 1 de setembro de 1994, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Celso L. N. Amorim
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PARAGUAI
Luis María Ramírez Boettner
Ministro das Relações
Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO
ENTRE
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY
PARA LA CONSERVACION DE LA FAUNA ACUATICA
EN LOS CURSOS DE LOS RIOS LIMITROFES

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

Y

El Gobierno de la República del Paraguay
(en adelante denominadas "Partes Contratantes"),

CONSCIENTES de la necesidad de preservar y conservar racionalmente los recursos pesqueros en su frontera líquida, estableciendo criterios adecuados de pesca;

DESEOSOS de evitar por todos los medios posibles el deterioro ambiental y la contaminación de las aguas de los ríos limítrofes y de los ecosistemas a ellos asociados;

INSPIRADOS en el propósito de intensificar la cooperación técnico-científica destinada a la protección de los recursos pesqueros, debido a su importancia ambiental, económica, social y deportiva;

RECONOCIENDO la necesidad de establecer mecanismos e instrumentos comunes a ambos países;

ACUERDAN lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes Contratantes acuerdan regular la pesca en las aguas de los ríos limítrofes entre sus territorios en armonía con las disposiciones de este Acuerdo.

ARTICULO II

El presente Acuerdo se aplicará a las aguas del río Paraguay, en el tramo comprendido entre la desembocadura del río Apa y la confluencia con el río Negro u Otuquis, en el río Apa, desde su desembocadura en el río Paraguay hasta su nacimiento principal, a lo largo del lago de Itaipú, desde la Presa hasta el antiguo Salto de las Siete Caídas o Salto del Guairá y en el tramo del río Paraná, desde la confluencia con el río Iguazú hasta la Presa de Itaipú.

ARTICULO III

Cada Parte Contratante ejercerá el derecho de pescar en los tramos definidos en el Artículo II en sus aguas territoriales, hasta el límite de su respectiva soberanía. Sin embargo, se podrán efectuar controles en forma conjunta, con la participación de funcionarios de los organismos competentes en cada tramo, a fin de precautelar el cumplimiento de las disposiciones del presente Acuerdo.

ARTICULO IV

La actividad pesquera ejercida en los tramos definidos en el Artículo II será objeto de reglamentos específicos, los cuales serán, posteriormente, incorporados al presente Acuerdo bajo la forma de Protocolos Adicionales.

ARTICULO V

Las Partes Contratantes acuerdan realizar, en las aguas a las que se refiere el Artículo II del presente Acuerdo, estudios conjuntos de evaluación del recurso ictico que sirvan de base para el ordenamiento de la actividad pesquera y para la ejecución de obras de mejoramiento y trabajos de piscicultura que favorezcan las condiciones naturales para la reproducción, la cría y el desarrollo de los peces.

ARTICULO VI

La construcción de obras hidráulicas, que puedan alterar el régimen hidrológico e hidrobiológico del río, deberá ser precedida de la elaboración, por las Partes Contratantes, de un plan de acción para la conservación de los recursos pesqueros, que contemple las medidas y acciones adecuadas a la evaluación de los impactos ambientales y otras exigencias legales pertinentes, en particular las medidas para salvaguardar el movimiento migratorio normal de los peces.

Las Partes Contratantes desarrollarán, al mismo tiempo, trabajos de acuicultura, y otros, a fin de salvaguardar la reproducción y el crecimiento normal de las especies y las nuevas condiciones ambientales, en los tramos de los ríos localizados aguas arriba y abajo de las obras referidas en el párrafo anterior. Para tales fines serán formalizados ajustes técnico-científicos complementarios.

ARTICULO VII

Las Partes Contratantes se obligan a no introducir en los ríos limítrofes especies acuáticas exóticas.

ARTICULO VIII

Las instituciones competentes de las Partes Contratantes elaborarán y aplicarán medidas para prevenir la contaminación por efluentes no tratados y otros desechos de origen industrial o agrícola, que afecten el equilibrio ecológico y sean perjudiciales a la fauna acuática de los tramos definidos en el Artículo II del presente Acuerdo.

ARTICULO IX

Comprométense, las Partes Contratantes, a mantener el sistemático intercambio de informaciones sobre la situación de los recursos pesqueros, en especial en cuanto a los movimientos de las especies migratorias, y sobre las actividades pesqueras, comerciales y deportivas, en el interés de asegurar la pesca sustentable, la reproducción normal y la conservación de la fauna acuática, en todas las aguas, a las cuales se aplica el presente Acuerdo.

ARTICULO X

Serán establecidas por las Partes Contratantes, siempre que juzgaren necesario, limitaciones en cuanto a la intensidad de la pesca, al tipo de pertrechos, a los tamaños de captura, a las áreas de protección, a los períodos de prohibición de la actividad pesquera, al número de autorizaciones de pesca y a los volúmenes máximos de captura por especie y sus correspondientes ajustes periódicos.

ARTICULO XI

A fin de fortalecer la colaboración técnica y científica en materia de recursos pesqueros, pesquerías e hidrobiología en las cuencas hidrográficas de los tramos definidos en el Artículo II del presente Acuerdo, las Partes Contratantes cooperarán mediante la formalización de acuerdos científicos y técnicos correspondientes.

ARTICULO XII

Será constituido un Grupo de Trabajo, integrado por representantes de las instituciones competentes de las Partes Contratantes, que se encargará de la coordinación y la gestión de las acciones necesarias para la aplicación de este Acuerdo y del tratamiento de los siguientes temas relativos a la actividad pesquera en la región limitrofe:

- a) Reglamentación de técnicas y métodos de pesca;
- b) Reglamentación de los tamaños mínimos de peces;
- c) Establecimiento de épocas y locales de veda;

- d) Establecimiento de áreas de reserva o tramos protegidos y sus reglamentos de pesca;
- e) Los volúmenes máximos de captura y su ajuste periódico;
- f) El mejoramiento y el desarrollo de los recursos pesqueros, incluyendo la reproducción artificial de peces y otros organismos;
- g) El control de la implementación de las recomendaciones a que se obligan las Partes Contratantes;
- h) Cualquier otro tema relativo a la conservación y al uso de la fauna acuática.


ARTICULO XIII

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha en que ambas Partes Contratantes se notifiquen, por la vía diplomática, del cumplimiento de los requisitos exigidos por su legislación nacional.

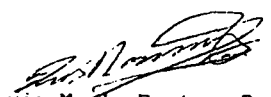
Cualquiera de las Partes Contratantes podrá darlo por terminado, en cualquier momento, mediante notificación escrita, dirigida a la otra por la vía diplomática, con seis meses de antelación.

HECHO en Brasilia, el primero de setiembre de mil novecientos noventa y cuatro, en dos ejemplares originales, en idiomas portugués y español, siendo ambos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL


Celso L. N. Amorim
Ministro de Estado de las
Relaciones Exteriores

POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DEL PARAGUAY


Luis María Ramírez Boettner
Ministro de Relaciones
Exteriores

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC
OF PARAGUAY FOR THE CONSERVATION OF AQUATIC FAUNA IN
THE COURSES OF BORDERING RIVERS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Paraguay (hereinafter referred to as "the Contracting Parties"),

Conscious of the need for the rational maintenance and conservation of fish stocks in their bordering rivers by setting appropriate fishing standards,

Desiring to avoid by every possible means the environmental deterioration and the pollution of the waters of the bordering rivers and the associated ecosystems,

Inspired in their determination to intensify technical and scientific cooperation in the interests of protecting fish stocks, owing to their environmental, economic, social and sporting importance,

Recognizing the need to establish mechanisms and instruments common to both countries,

Have agreed as follows:

Article I

The Contracting Parties agree to regulate fishing in the waters of the bordering rivers between their territories in conformity with the provisions of this Agreement.

Article II

This Agreement shall apply to the waters of the Paraguay River, in the stretch between the Apa River estuary and the confluence with the Negro and Otuquis Rivers, and in the Apa River from its estuary in the Paraguay River up to its main source; to the whole length of Lake Itaipú from the Dam up to the former Salto de las Siete Caídas or Salto del Guairá; and to the stretch of the Paraná River from its confluence with the Iguazú River up to the Itaipú Dam.

Article III

Both Contracting Parties may exercise the right to fish in their respective territorial waters in the areas defined in article II, up to the limits of their sovereignty. However, joint monitoring may be conducted with the participation of officials of the competent bodies in each area in order to ensure compliance with the provisions of this Agreement.

Article IV

Fishing activities in the areas defined in article II shall be the subject of specific regulations which shall subsequently be incorporated into this Agreement in the form of additional protocols.

Article V

The Contracting Parties agree to conduct, in the waters referred to in article II of this Agreement, joint studies to assess fish stocks, on the basis of which fishing may be regulated and improvement and fish culture works carried out to encourage natural conditions for fish reproduction, breeding and development.

Article VI

1. The construction of hydraulic works that may alter the river's hydrological and hydrobiological nature shall be preceded by a plan of action drawn up by the Contracting Parties for the conservation of fish stocks, providing for appropriate measures and actions to assess environmental impact and other relevant legal requirements, especially measures to safeguard the normal migratory movement of fish.

2. The Contracting Parties shall, at the same time, develop aquaculture and other activities in order to safeguard the reproduction and normal growth of species under new environmental conditions in the waters of rivers situated upstream and downstream from the works referred to in the previous paragraph. Additional technical and scientific agreements shall be formulated for such purposes.

Article VII

The Contracting Parties undertake not to introduce exotic aquatic species in bordering rivers.

Article VIII

The competent institutions of the Contracting Parties shall develop and implement measures to prevent pollution by untreated effluents and other industrial or agricultural waste that may affect the ecological balance or be harmful to the aquatic fauna of the areas defined in article II of this Agreement.

Article IX

The Contracting Parties undertake to maintain a systematic exchange of information on the situation of fish stocks, particularly in respect of the movements of migratory species, and on commercial and sporting fishing activities, with a view to ensuring sustainable fish stocks, normal reproduction and the conservation of aquatic fauna in all the waters covered by this Agreement.

Article X

Restrictions shall be imposed by the Contracting Parties, whenever they shall deem it necessary, on fishing intensity, type of equipment, harvestable sizes, protection areas, fishing bans, fishing permit numbers and maximum catches per species, with periodic adjustments, where appropriate.

Article XI

In order to strengthen technical and scientific cooperation in relation to fish stocks, fisheries and hydrobiology in the hydrographic catchment areas in the waters defined in article II of this Agreement, the Contracting Parties shall work together to formulate appropriate scientific and technical agreements.

Article XII

A Working Group shall be established, composed of representatives of the competent institutions of the Contracting Parties, which shall be responsible for coordinating and managing the activities covered by this Agreement and for dealing with the following issues relating to fishing in the border area:

- (a) Regulation of fishing techniques and methods;
- (b) Regulation of minimum fish sizes;
- (c) Establishment of closed seasons and areas;
- (d) Establishment of reserves or protected waters and fishing regulations therein;
- (e) Maximum catches and periodic review thereof;
- (f) Improvement and development of fish stocks, including artificial reproduction of fish and other organisms;
- (g) Monitoring of implementation of recommendations to which the Contracting Parties have committed themselves;
- (h) Any other issue relating to the conservation and use of aquatic fauna.

Article XIII

1. This Agreement shall enter into force on the date on which the two Contracting Parties shall notify each other, through the diplomatic channel, of compliance with their domestic legal requirements.

2. Either of the Contracting Parties may, at any time, terminate the Agreement by giving the other six months' notice in writing, through the diplomatic channel.

Done at Brasília on 1 September 1994, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO L. N. AMORIM
Minister of State for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Paraguay:

LUIS MARÍA RAMÍREZ BOETTNER
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY RELATIF À LA CONSERVATION DE
LA FAUNE AQUATIQUE DES COURS D'EAU FRONTALIERS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Paraguay (ci-après dénommés " les Parties contractantes "),

Conscients de la nécessité de protéger et de conserver rationnellement les ressources halieutiques de leur frontière fluviale en y régissant la pêche de façon adéquate;

Désirant éviter par tous les moyens possibles la dégradation de l'environnement et la pollution des cours d'eau frontaliers et de leurs écosystèmes;

Ayant à dessein d'intensifier la coopération technique et scientifique pour la protection des ressources halieutiques en raison de leur importance écologique, économique, sociale et sportive;

Reconnaissant la nécessité de mettre en place des mécanismes et des instruments communs aux deux pays;

Conviennent comme suit :

Article premier

Les Parties contractantes conviennent de réglementer la pêche dans les cours d'eau frontaliers séparant leurs territoires en conformité avec les dispositions du présent Accord.

Article II

Le présent Accord s'applique : aux eaux de la rivière Paraguay, de l'embouchure de la rivière Apa jusqu'au confluent du Rio Negro, aussi appelé rivière Otuquis; aux eaux de la rivière Apa, de son embouchure dans la rivière Paraguay jusqu'à sa principale source; aux eaux du lac Itaipu, du barrage de retenue jusqu'aux anciennes cataractes des Sept Chutes ou Saut de la Guayra; et aux eaux du fleuve Parana de l'embouchure de la rivière Iguazu jusqu'au barrage d'Itaipu.

Article III

Chaque Partie contractante exerce le droit de pêche sur les tronçons définis à l'article II, dans ses eaux territoriales jusqu'à la limite de sa souveraineté. Des contrôles communs peuvent cependant être réalisés dans chaque tronçon, avec la participation de fonctionnaires des organismes compétents, afin de garantir le respect des dispositions du présent Accord.

Article IV

Les activités de pêche exercées dans les eaux des tronçons définis à l'article II sont l'objet de règlements spécifiques qui seront ultérieurement incorporés au présent Accord sous forme de protocoles additionnels.

Article V

Les Parties contractantes conviennent de réaliser, dans les eaux dont il est question à l'article II du présent Accord, des études conjointes pour l'évaluation des ressources ichtyologiques, qui serviront de base à la gestion des activités de pêche et à l'exécution d'ouvrages d'aménagement et de travaux de pisciculture qui favorisent les conditions naturelles pour la reproduction, la croissance et le développement des poissons.

Article VI

1. La construction d'ouvrages hydrauliques pouvant modifier le régime hydrologique et hydrobiologique des cours d'eau doit être précédée de l'élaboration par les Parties contractantes d'un plan d'action pour la préservation des ressources halieutiques prévoyant des mesures et actions adéquates pour l'évaluation des impacts environnementaux et la mise en oeuvre des autres prescriptions légales pertinentes, en particulier les mesures visant à protéger les mouvements migratoires normaux des poissons.

2. Dans le même temps, les Parties contractantes réalisent entre autres des travaux d'aquaculture afin de préserver la reproduction et la croissance normale des espèces dans les nouvelles conditions environnementales des eaux situées en amont et en aval des ouvrages dont il est question au paragraphe précédent du présent article. Des arrangements techniques et scientifiques complémentaires seront élaborés à ces fins.

Article VII

Les Parties contractantes s'engagent à n'introduire aucune espèce aquatique exotique dans les eaux frontalières.

Article VIII

Les institutions compétentes des Parties contractantes élaborent et appliquent des mesures visant à prévenir la pollution par les effluents et autres déchets non traités, d'origine agricole ou industrielle, qui affectent l'équilibre écologique et sont dommageables pour la faune aquatique des tronçons définis à l'article II du présent Accord.

Article IX

Les Parties contractantes s'engagent à échanger systématiquement des renseignements relatifs à la situation des ressources halieutiques, notamment au sujet des mouvements d'espèces migratrices et des activités de pêche commerciales et sportive, dans le dessein d'as-

surer une pêche durable, une reproduction normale et la préservation de la faune aquatique dans toutes les eaux auxquelles s'applique le présent Accord.

Article X

Les Parties contractantes établissent, si elles le jugent nécessaire, des limites concernant l'intensité de la pêche, les types d'engins autorisés, les tailles minimales de capture, les zones de protection, les périodes d'interdiction de la pêche, le nombre de permis de pêche et le volume maximal des prises pour chaque espèce, ainsi que leurs modifications périodiques.

Article XI

Les Parties contractantes coopèrent en concluant les accords scientifiques et techniques nécessaires pour renforcer la collaboration technique et scientifique en matière de ressources halieutiques, de pêches et d'hydrobiologie dans les bassins hydrographique des tronçons définis à l'article II du présent Accord

Article XII

Il est constitué un Groupe de travail composé de représentants des institutions compétentes des Parties contractantes, qui est chargé de coordonner et de gérer les actions nécessaires à l'application du présent Accord, et de traiter des questions suivantes concernant les activités de pêche dans la région frontalière :

- a) Réglementation des techniques et méthodes de pêche;
- b) Réglementation des tailles minimales de capture;
- c) Établissement de périodes et de zones d'interdiction de la pêche;
- d) Établissement de zones de réserve ou tronçons protégés et des règlements qui y régissent la pêche;
- e) Établissement et modification périodique du volume maximal des prises;
- f) Aménagement et mise en valeur des ressources halieutiques, y compris l'introduction artificielle de poissons et d'autres organismes;
- g) Contrôle de l'application des recommandations que les Parties contractantes s'engagent à mettre en oeuvre;
- h) Toute autre question relative à la préservation et à l'exploitation de la faune aquatique.

Article XIII

1. Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle les Parties contractantes se notifieront par la voie diplomatique l'accomplissement des formalités exigées par leur législation nationale.

2. Chacune des Parties contractantes peut à tout moment dénoncer le présent en adressant à l'autre, par la voie diplomatique, une notification écrite à cet effet avec un préavis de 6 mois.

Fait à Brasília, le 1er septembre 1994, en deux exemplaires originaux en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre d'État aux relations extérieures,
CELSO L. N. AMORIM

Pour le Gouvernement de la République du Paraguay :
Le Ministre des relations extérieures,
LUIS MARÍA RAMÍREZ BOETTNER

